

Palmeira quer extinção do voto de liderança porque esvazia plenário

1965

BRASÍLIA — O Primeiro Vice-Presidente do Senado, Guilherme Palmeira (PFL-AL), encaminhou ontem a Mesa projeto de resolução extinguindo o voto de liderança — previsto no Regimento Interno no dispositivo sobre o processo simbólico de votação — que dispensa a presença dos Senadores na apreciação de matérias.

Justificando sua proposta, Palmeira lembrou que o voto de liderança é uma faculdade que tem sido questionada, por seu caráter excessivamente amplo, que faz dá ao Líder “todo o poder de comando em algumas votações, transformando-se em voz única das respectivas bancadas”.

Palmeira argumenta que a prática do voto de liderança tem se constituído em fator de esvaziamento do plenário nos momentos de deliberação, (devido à falta de necessidade) da presença do parlamentar — que se sente então “desmotivado e desobrigado” — no processo de votação.

Segundo o Senador, persistindo esta prática o plenário ficará sistematicamente vazio. Na opinião de Palmeira, o plenário deve ser fortalecido, ter maior dinamismo e representatividade, “através da obrigatória presença do Senador no instante da votação, quando poderá firmar sua

decisão política, mediante voto pessoal e indelegável”.

O GLOBO

— Os novos tempos — conclui Palmeira — estão a exigir novos métodos na prática legislativa.

O primeiro Vice-Presidente lembra, na justificativa do projeto, que o voto de liderança decorre de resolução datada de 1970, que aprovou o Regimento Interno do Senado.

A comissão especial, que será instalada na próxima quinta-feira, para reformular o Regimento Interno da Câmara terá no voto de liderança um dos principais pontos de discussão. Desde que os líderes usaram este recurso regimental para aprovar, na semana passada, o projeto do Sul-brasileiro, sem a participação do plenário, cresce em todos os partidos o número de parlamentares contra este tipo de voto.

O Vice-Líder do PMDB, Deputado Luiz Henrique, disse que seu partido sempre foi contra o voto de liderança, que, no momento, deve ser extinto, uma vez que o Congresso deseja retirar da legislação o chamado “entulho autoritário”. Para o Deputado, o voto de líder foi um recurso usado nos Governos anteriores para incentivar a ausência do Deputado do plenário e a aprovação de projetos por decurso de prazo.